

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Concurso Público



Aplicação: 22/1/2006

Cargo 18:
Consultor Técnico Legislativo
Categoria: Ecólogo

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 24/1/2006, a partir das 17 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- II 25 a 27/1/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 14/2/2006 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- IV 15 a 21/2/2006 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 14/3/2006 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega de títulos: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

UnBCESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- As siglas seguintes, quando usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; TJDFT = Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; STJ = Superior Tribunal de Justiça; STF = Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 7.

1 Sabe o leitor o que lhe trago aqui? Uma pérola. (...)
 Pesquei-a agora mesmo na costa da Câmara Municipal.
 Gosto daqueles mares, às vezes tempestuosos, às vezes banzeiros,
 4 mas sempre fecundos. Dizem que há um plano de fazer desaguar ali
 os rios Maranhão e Caiapó, contra todas as induções de geografia, e
 a despeito das leis da hidráulica. Contanto que me não tirem as
 7 pérolas.

Vamos à que acabo de colher. Todos os anos, em se
 aproximando o entrudo, a Câmara manda correr um edital que o
 10 proíbe, citando a postura e apontando as penas. Até aqui a ostra;
 agora a pérola. Este ano a Câmara fez saber duas coisas: primeiro,
 que a postura está em seu inteiro vigor; segundo, que deve ser
 13 cumprida *literalmente*. Sim, meu senhor, *literalmente*; deve ser
 cumprida *literalmente*.

(...)

16 Isto em trocos miúdos, quer dizer: Meus filhos, olhem que
 agora é sério. Estou cansada de publicar editais que nem mesmo os
 ingleses vêem. Não, não pode ser. Canso-me em dizer que atirar água
 19 é um delito, encrespo as sobranceiras, pego na vara de marmeleiro,
 e é o mesmo que se caísse um carro. Nada, agora é sério. Hão de
 cumprir literalmente a postura, ou vai tudo raso.

22 Entretanto, a coisa é menos fácil do que parece. A postura
 impõe multa aos que jogam entrudo, e, não podendo o infrator pagar
 a multa, sofrerá “dois a oito dias de prisão”; sendo escravo, porém,
 25 sofrerá “dois a oito dias de cadeia”. Como encaminhar literalmente
 esses dois infratores, um para a prisão, outro para a cadeia? Se não
 fosse a condição da literalidade, eu, no caso dos urbanos, mandava-os
 28 ambos para o xilindró, que é um meio-termo; mas devendo ser literal,
 não saberia que fazer.

(...)

31 Mas o que o leitor não suspeita é que não lhe dou esta
 pérola, e assim castigo a incredulidade com que me recebeu. Vou
 restituí-la à matrona municipal. Ela a porá ao colo, nos três dias de
 34 entrudo, para assistir ao baile dos limões-de-cheiro, que promete ser
 esplêndido, tão esplêndido que ela acabará por dançar com os outros.

Se assim acontecer, que fará a Câmara nos anos seguintes?
 37 Terá de recorrer a outros advérbios, *ferrenhamente*, *implacavelmente*,
terrivelmente, e sempre inutilmente, porque nestas coisas, amiga
 minha, ou se trata de um recreio popular, e é preciso fazer como
 40 aquele chefe de polícia, que o trocou por outro; — ou se trata de
 eleições, e então, antes de dar um advérbio à execução das leis, é
 melhor dar-nos o sentimento da legalidade, que está muito por baixo.

43 E depois, pode ser que o povo imagine que o direito de fazer
 entrudo, como o de expor ossos de defunto nas vitrinas, é
 constitucional. Se assim for, creia a Câmara que ele há de defendê-lo,
 46 a todo custo, considerando que, se hoje lhe tirasse o de jogar água,
 amanhã pode tirar-lhe o de profanar ossos nas vitrinas da Rua do
 Ouvidor. Premissa traz conseqüência; liberdade morta, liberdade
 49 moribunda. Ou mais derramadamente: as liberdades dependem tanto
 umas das outras, que o dia da morte de uma é a véspera da morte de
 outra. Vá lá em vinte palavras o que estava em duas.

Machado de Assis. *Crônicas — Balas de estalo*. In: *Obra Completa* – volume III. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 438-9.

Em relação às idéias e estruturas lingüísticas do texto, julgue os itens que se seguem.

- 1 No segundo parágrafo, a cadeia metafórica composta em relação a “costa”, “mares” e “pérolas” tem o efeito de sentido de ironia no que se refere ao funcionamento da Câmara Municipal.
- 2 No parágrafo às linhas de 16 a 21, por meio de recurso de personificação, o autor dá voz à Câmara Municipal.
- 3 A oração iniciada por “não podendo” (l.23) tem valor concessivo.
- 4 O autor do texto discute a idéia de que a interpretação literal da norma exigiria que os termos “prisão” e “cadeia” fossem compreendidos com significados diferentes, o que poderia provocar dúvidas na imposição de pena aos infratores.
- 5 Pelos sentidos do texto, a expressão “matrona municipal” (l.33) indica tratamento cerimonioso e respeitoso em relação à instituição a que se refere.
- 6 Em “defendê-lo” (l.45), o pronome “-lo” refere-se a “povo” (l.43).
- 7 Em “liberdade morta, liberdade moribunda” (l.48-49), a vírgula pode ser substituída, sem prejuízo para a correção gramatical e para a informação do período, pela expressão **significa, imediatamente a seguir, outra**.

1 O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e
discriminações, especialmente contra as comunidades
indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que
4 não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou
uma obra de resistência e construção nacional admirável.
Construiu, ao longo do século, uma nação plural,
7 diversificada, contraditória até, mas que se estende de uma
ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos
orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba
10 do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco
mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja.
Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São
13 Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e
da região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma
língua, partilha os mesmos valores fundamentais, sente-se
16 brasileira.

Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram,
dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e
19 árabes conversam sem medo, onde, toda migração é bem-
vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa
própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada
22 migrante se transforma em mais um brasileiro.

Luis Inácio Lula da Silva. *Discurso de Posse.*

Com referência aos sentidos e às estruturas lingüísticas do texto
acima, julgue os itens seguintes.

- 8 A expressão “é grande” (l.1) restringe-se à extensão territorial do Brasil.
- 9 A inserção de **Essa nação vai dos** no lugar de “Dos”, antes de “encantados da Amazônia” (l.8), prejudica a correção gramatical do período e altera o significado original da informação.
- 10 Antes de “Onde a mestiçagem” (l.17), subentende-se a repetição da expressão “Esta é uma nação”, que inicia o período antecedente.
- 11 Os sinais de ponto-e-vírgula às linhas de 9 a 11 podem, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituídos por vírgulas.
- 12 Estaria gramaticalmente correta, à linha 14, a redação **região Centro-Oeste, esta é uma nação....**

1 O Estado democrático estabelece o direito, a fim
de que o limite da liberdade de cada um seja a liberdade dos
outros. O Brasil livrou-se da tutela do arbítrio e não aceita
4 a tutela da coação, nem o intimidam facções ou grupos.

A liberdade implica o compromisso de fortalecer
o poder político contra a insegurança de abalos
7 institucionais. Ouvir a todos e conviver com todos, sem
discriminação. Tolerância não significa concordância.(...)

A liberdade não se esgota na vontade institucional.
10 Ela tem de ser capaz de gerar direitos sociais, para ser a
liberdade que não permita a morte pela fome, pelas
doenças, pela insegurança das cidades e pela ausência de
13 trabalho. Enfim, a liberdade é a vida; é uma perspectiva de
vida feliz.

Mas o exercício da liberdade tem de ser integral.
16 Indissociáveis são as liberdades política, econômica e
social. Todos sabem que, onde morreu a liberdade
econômica ou existe a servidão social, a liberdade política
19 não existe. Querer a liberdade política sem garantir o poder
criador competitivo da iniciativa privada é não conhecer
a realidade da História. Querer liberdade econômica,
22 convivendo com a injustiça social e com a miséria, é admitir
uma sociedade de privilégios que termina na violência e no
silêncio das ideologias.

José Sarney. *Discurso de Posse.*

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 13 A expressão “a fim de que” (l.1-2) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e para o sentido original do período, ser substituída por qualquer uma das seguintes: **para que**, **com o objetivo de que**, **conquanto que**.
- 14 Em “nem o intimidam” (l.4), “o” é pronome que se refere ao antecedente “arbítrio” (l.3).
- 15 Em “implica o compromisso” (l.5), a substituição de “o” por **com** mantém a correção gramatical e a informação original do período.
- 16 Imediatamente antes da palavra “Tolerância” (l.8), pela relação que a oração estabelece com o período anterior, caberia o emprego da conjunção **Entretanto**, seguida de vírgula e letra minúscula.
- 17 O trecho “ser integral. Indissociáveis são as liberdades” (l.15-16) admite, sem prejuízo para a correção gramatical do texto, a seguinte reescrita: ser integral, uma vez que são indissociáveis as liberdades.
- 18 As vírgulas logo após “que” (l.17) e “social” (l.18) justificam-se por isolar oração subordinada adjetiva restritiva deslocada de sua posição na ordem direta.
- 19 A substituição de “convivendo” (l.22) por **já que se convive** mantém a correção gramatical e o sentido original do período.
- 20 A linguagem do primeiro parágrafo do texto é inadequada para a redação de correspondências oficiais em razão de sua subjetividade.

Acerca da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do DF, julgue os seguintes itens.

- 21 Procedimento legislativo é o conjunto de atos pré-ordenados que objetivam a formação das leis mediante a colaboração entre os poderes do DF.
- 22 O procedimento legislativo, disciplinado pelo Regimento Interno da CLDF, pode ser ordinário, sumário ou especial.
- 23 No âmbito do Poder Legislativo do DF, denomina-se lei complementar aquela que disciplina matéria que a LODF determina como seu objeto, e resolução, a lei que disciplina, com efeito externo, matéria de competência privativa da CLDF.
- 24 A iniciativa comum pode ser exercida pelo governador do DF, por qualquer membro ou órgão da CLDF e pelos cidadãos.

No que se refere ao Regimento Interno da CLDF, julgue os próximos itens.

- 25 A denominação Câmara Legislativa decorre da fusão dos nomes atribuídos às casas legislativas dos municípios e dos estados-membros da Federação, respectivamente.
- 26 As sessões legislativas ordinárias têm a duração de nove meses e meio e são divididas em dois períodos, sendo o primeiro iniciado em 1.º de fevereiro e o segundo, em 1.º de agosto.
- 27 Na sessão legislativa extraordinária, a CLDF somente deliberará sobre a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- 28 Cabe à Mesa Diretora organizar a relação dos deputados distritais, que deverá ser concluída após a sessão de posse.
- 29 A criação das regiões administrativas do DF ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria simples dos deputados distritais, e sua extinção dar-se-á mediante maioria absoluta.
- 30 Os conselhos de representantes comunitários funcionam junto às administrações regionais como órgãos deliberativos, consultivos e fiscalizadores dos atos de gestão dos administradores.

Quanto à Constituição Federal e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

- 31 O Brasil adota uma Constituição de tipo rígido e formal, de maneira que as únicas normas de nível constitucional, no país, são a própria Constituição e as emendas constitucionais regularmente aprovadas pelo Congresso Nacional.
- 32 Os direitos e garantias fundamentais integram a proteção constitucional mais importante dirigida aos indivíduos, aos grupos e, em certos casos, até às pessoas jurídicas; apesar disso, esses direitos não têm caráter absoluto, portanto podem sofrer limitações.

Julgue os itens a seguir, acerca da organização do Estado e do Poder Legislativo.

- 33 Em relação ao DF, é correto afirmar que, embora ele possua as competências reservadas aos estados-membros, não pode ser dividido em municípios; ele é regido por lei orgânica votada em dois turnos por sua Câmara Legislativa, com intervalo mínimo de dez dias entre as votações.
- 34 Uma das mais importantes formas de atuação do Poder Legislativo consiste nas comissões parlamentares de inquérito que se destinam a investigar possíveis atos ilícitos, os quais devem ser determinados para se permitir a instauração válida da comissão. Essas comissões devem funcionar por prazo certo e têm poderes de investigação semelhantes aos das autoridades judiciárias, muito embora determinadas medidas somente possam ser decretadas pelo Poder Judiciário, como é o caso da prisão preventiva.

Em relação à tributação e às finanças públicas, julgue os itens seguintes.

- 35 No que tange à repartição das competências tributárias, a competência para instituir taxa será da pessoa jurídica de direito público que preste serviço de qualquer natureza ao qual a taxa esteja associada, ou que exerça poder de polícia do qual a taxa decorra.
- 36 Em virtude do princípio constitucional da legalidade, apenas a lei em sentido formal, isto é, aquela aprovada pelo Poder Legislativo após o devido processo, pode criar ou majorar tributos; em consequência, o Poder Executivo não pode fazê-lo por meio de medida provisória.
- 37 É privativa da União a competência para emitir moeda, a qual é exercida pela Casa da Moeda do Brasil.

Julgue os itens que se seguem, a respeito da LODF e da organização do DF.

- 38 De acordo com a LODF, um dos objetivos prioritários do DF consiste em preservar o conjunto urbanístico de Brasília, de suas cidades-satélites e do chamado Entorno do DF, de maneira a se preservar sua identidade, adequando-se as exigências do desenvolvimento à defesa de sua memória, de sua tradição e de suas peculiaridades.
- 39 Se, em determinado ano, um anteprojeto de lei for rejeitado pela CLDF, a matéria dele constante poderá ser reapresentada a esse órgão na mesma sessão legislativa, desde que a maioria absoluta dos membros da casa assim proponha; por outro lado, se o veto do Poder Executivo a um projeto de lei for derrubado pela CLDF, o projeto poderá vir a ser promulgado pelo próprio presidente da Câmara, caso o governador não o faça dentro de certo prazo.
- 40 Um indivíduo não-nascido no Brasil não pode ser eleito governador do DF, à luz das disposições da LODF.

No atinente aos atos administrativos, ao controle da administração pública, aos contratos administrativos e aos agentes administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 41 Para, pelo menos, parte da doutrina especializada, não obstante o dever de legalidade da administração pública, esta pode, em casos excepcionais e observadas certas condições, deixar de declarar a invalidade de um ato administrativo, quando constatar e justificar cabalmente que a anulação causará mais mal que a manutenção do ato.
- 42 Uma das modalidades mais relevantes de controle da administração pública é o realizado por ela própria, o qual decorre do poder de autotutela dos entes e órgãos públicos; esse controle interno fundamenta-se no princípio da legalidade e pode ser tanto realizado de ofício quanto mediante provocação do interessado; pode, ainda, ser preventivo, concomitante ou posterior.
- 43 Devido à presunção de validade dos atos da administração pública e à formalidade a eles inerente, os contratos administrativos concernentes a direitos reais sobre imóveis não precisam ser lavrados em serviço notarial.
- 44 A atuação de particulares em colaboração com o poder público pode ocorrer até independentemente de remuneração, bem como em situações nas quais a remuneração não é paga pelo ente público, mas por pessoas jurídicas de direito privado.

Julgue os itens a seguir, no que tange aos poderes e princípios básicos da administração e aos serviços públicos.

- 45 O poder regulamentar é a única maneira pela qual se exerce a função normativa do Poder Executivo.
- 46 Por força do princípio do devido processo legal, a administração deve sempre comunicar ao interessado qualquer decisão que lhe afete a propriedade ou a liberdade; essa comunicação deve ser feita, em regra, previamente à prática do ato, mas poderá ser posterior, em situações excepcionais.
- 47 De acordo com Celso Antônio Bandeira de Mello, o princípio da adaptabilidade implica a atualização e a modernização dos serviços públicos, ainda que isso ocorra apenas em função das possibilidades materiais do poder público.

Referentemente à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 8.666/1993), à Lei n.º 8.112/1990, da União, na forma consolidada pelo Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, e à Lei de Permissões e Concessões, julgue os itens seguintes.

- 48 As sociedades de economia mista e empresas públicas exploradoras de atividade econômica não estão obrigadas a licitar.
- 49 Nos termos do Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, que consolidou a aplicação, no DF, da Lei n.º 8.112/1990, da União, a responsabilidade do servidor do DF pelo cometimento de ilícito pode ser, de modo cumulativo, de natureza cível, penal e administrativa, e de modo relativamente independente; no caso de o agente público cometer ato sujeito à pena de demissão, esta pode ser aplicada ainda que o servidor não tenha sofrido sanção anterior.
- 50 Uma das características essenciais das concessões e permissões de serviços públicos consiste em que a remuneração do prestador do serviço se faz, necessariamente, mediante a cobrança de tarifa dos usuários, de maneira a não onerar o Estado pela prestação da atividade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Sabemos que não se pode conceber o direito ambiental dentro dos quadros do direito tradicional. A relação do direito ambiental com os demais ramos do direito é uma relação transversal, isto é, as normas ambientais tendem a se incrustar em cada uma das demais normas jurídicas, obrigando a que se leve em conta a proteção ambiental em cada um dos demais ramos do direito.

Paulo Bessa Antunes. **Direito ambiental**.
Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 1996, p. 21.

Em relação às especificidades do direito ambiental e à sua relação com os demais ramos do direito, julgue os seguintes itens.

- 51 O princípio da precaução, um dos princípios basilares do direito ambiental, determina que não se autorize qualquer atividade que possa causar alterações no ambiente natural, sem o devido licenciamento.
- 52 Por ter a Constituição Federal de 1988, no *caput* do art. 225, declarado o meio ambiente bem de uso comum do povo, todos os bens ambientais, como florestas, animais e águas, passaram ao domínio público.

Julgue o item a seguir.

- 53 O famoso relatório denominado **Os Limites do Crescimento**, encomendado pelo Clube de Roma ao MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), foi o primeiro estudo abrangente a analisar as conexões entre meio ambiente, economia e sociedade. Esse estudo influenciou os debates ocorridos durante a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972.

Considere que, sem licença ambiental, uma empresa extraia e deposite areia às margens de um rio, danificando a vegetação ciliar e assoreando o corpo d'água. Em face dessas considerações, julgue os itens subseqüentes.

- 54 Tanto a empresa quanto seus sócios podem ser condenados por crime ambiental.
- 55 O órgão ambiental tem poder para paralisar essa atividade, mesmo sem autorização judicial.
- 56 A empresa só pode ser obrigada a recuperar os danos causados caso fique comprovada culpa consciente de algum dirigente.

Com pelo menos 90 milhões de hectares de terras agriculturáveis ainda não utilizadas, o Brasil pode aumentar em, no mínimo, três vezes sua atual produção de grãos, saltando dos atuais 123,2 milhões para 367,2 milhões de toneladas. O país tem condições de chegar facilmente a uma área plantada de 140 milhões de hectares, com a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e no Nordeste. Tudo isso sem causar qualquer impacto à Amazônia e em total sintonia e respeito à legislação ambiental.

Agronegócio brasileiro: uma oportunidade de investimentos. In: Internet: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em 14/12/2005 (com adaptações).

Acerca do tema abordado no texto acima, julgue o item seguinte.

- 57** Ao ocupar as áreas com vegetação nativa do Centro-Oeste com monoculturas de grãos poupando, assim, áreas florestadas da Amazônia, o Brasil aumenta sua produção agrícola com impactos ambientais reduzidos.

Considerando que uma empresa pretenda iniciar atividade de reflorestamento com eucalipto, em área inserida nos limites do Parque Nacional de Brasília, julgue os itens a seguir.

- 58** Para que essa atividade possa ser desenvolvida, é preciso que tanto a CLDF quanto o Congresso Nacional aprovem lei que modifique os limites do parque ou sua categoria de proteção.
- 59** Caso esse plantio seja autorizado, a madeira dele obtida poderá ser processada em carvoarias legalmente instaladas no território do DF.

Com referência à Lei Complementar n.º 265/1999, que dispõe sobre a criação de parques ecológicos e de uso múltiplo no DF, julgue os próximos itens.

- 60** Uma área contígua a um núcleo urbano, contendo manchas de vegetação nativa representativa das principais fisionomias de cerrado, que totalizem 35% da área, poderia tornar-se um Parque Ecológico.
- 61** O plano de manejo de cada parque ecológico e de uso múltiplo disciplina o uso e a ocupação da área e define, no mínimo, as zonas de conservação, de uso direto e de atividades múltiplas.

A Economia Ecológica funda-se no princípio de que o funcionamento do sistema econômico, nas escalas temporal e espacial mais amplas, deve ser compreendido considerando-se as condições do mundo biofísico sobre o qual o referido sistema se realiza, uma vez que é desse mundo biofísico que derivam a energia e as matérias-primas para o funcionamento da economia.

Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Internet: <www.ecoeco.org.br>. Acesso em 11/12/2005 (com adaptações).

A respeito do assunto abordado no texto, julgue os itens subseqüentes.

- 62** Por ser um campo de conhecimento transdisciplinar, a economia ecológica rejeita os conceitos e os instrumentos tanto da economia convencional quanto da ecologia convencional.
- 63** Segundo análise econômica neoclássica, os sistemas econômicos funcionam sem considerarem os recursos naturais. Com o tempo, os recursos naturais foram incorporados nas funções de produção, admitindo-se perfeita substitutibilidade entre capital, trabalho e recursos naturais. Nesse paradigma, a tecnologia tem papel relevante, pois permite que capital e trabalho possam superar os limites impostos pela disponibilidade de recursos naturais.
- 64** Durante a formulação de políticas públicas regionais, os tomadores de decisão consideraram a pegada ecológica da sociedade em cada sub-região para a distribuição de recursos financeiros. Nessa situação, é preciso considerar as implicações dos diferentes tipos de consumo relativamente às demandas por recursos naturais.

Com base na Lei Distrital n.º 41/1989, que dispõe sobre a Política Ambiental do DF, julgue o item abaixo.

- 65** Para não ferir o disposto na citada lei, um projeto de atividade industrial em que serão utilizados recursos naturais, inclusive captação de água de um rio, deve considerar que o ponto de lançamento de qualquer efluente originário da referida atividade tem de localizar-se a montante do ponto de captação de água do mesmo corpo d'água utilizado pelo agente do lançamento.

Durante o processo de licenciamento de atividade potencialmente danosa ao ambiente, constatou-se que a equipe encarregada de realizar o estudo prévio de impacto ambiental tinha vinculação com o proponente do projeto.

Em face dessa situação hipotética, julgue o item abaixo.

- 66** Na situação descrita, a vinculação constatada não acarreta problemas jurídicos, pois a LODF e a Resolução CONAMA n.º 237/1997 aboliram a exigência expressa na Lei Distrital n.º 41/1989 e na Resolução CONAMA n.º 1/1986 de o referido estudo ser realizado por equipe não dependente direta ou indiretamente do proponente do projeto.

Com base no texto da Lei Distrital n.º 2.725/2001, que instituiu a Política de Recursos Hídricos e criou o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal, julgue os itens subsequentes.

- 67** Mesmo o rio com nascente e foz localizadas dentro de uma única propriedade é de domínio público.
- 68** O enquadramento, instrumento de gestão incluído na lei em apreço, exerce, ainda que indiretamente, em sinergismo com outros instrumentos de gestão ambiental, controle sobre o uso e a ocupação do solo na bacia hidrográfica, pois a finalidade desse instrumento é assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas.

Uma análise sucinta do Mapa Ambiental do Distrito Federal (GDF/SEMARH, 2000) indica que a maior parte de seu território é constituída por algum tipo de unidade de conservação, seja de proteção integral, seja de uso sustentável. Somando-se a isso o fato de a capital federal ter sido planejada, não eram esperados problemas socioambientais significativos nesse território. Acerca desse tema, julgue os itens seguintes.

- 69** Dentro do DF, localiza-se a Reserva da Biosfera do Cerrado – Fase 1, que apresenta três zonas-núcleo, além de zonas-tampão e de transição. Enquanto estas últimas vêm sendo impactadas principalmente pela expansão urbana e pelas atividades agrícolas, as zonas-núcleo, localizadas nas bacias dos rios Maranhão e Descoberto, têm sido bem resguardadas de ações humanas deletérias.
- 70** No Planalto Central, onde se situam as cabeceiras de três grandes bacias hidrográficas brasileiras, a do Prata (rios São Bartolomeu e Descoberto), a do Araguaia/Tocantins (rio Maranhão) e a do São Francisco (rio Preto), o fenômeno das “águas emendadas”, observado na Estação Ecológica homônima, estabelece conexão hídrica entre as bacias dos rios Maranhão e São Bartolomeu.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelas Nações Unidas, é uma forma de medir a qualidade de vida de países, regiões ou outras unidades político-administrativas. A respeito desse tema, julgue o item a seguir.

- 71** Suponha que os países A (IDH = 0,572) e B (IDH = 0,547) apresentem níveis de renda e de escolaridade semelhantes. Nessa situação, é correto afirmar que o componente do IDH relacionado com a expectativa de vida da população do país A é maior que o do país B.

Há relação direta entre a vida no meio da rua e a sobrevivência a partir da coleta de materiais do lixo. Essa imbricação entre os rejeitos físicos (lixo) e humanos (excluídos) da sociedade revela uma dimensão perversa da modernidade: o aumento da produção de bens com componentes cada vez mais descartáveis, paralelamente ao aumento da produção de desempregados, dois elementos dialeticamente conexos. A vida no e do lixo é o corolário, nesse sentido, de um processo econômico que valoriza a reciclagem de materiais para um florescente negócio industrial, ao mesmo tempo em que desvaloriza o trabalho das populações que são jogadas no meio da rua. Na realidade do século XXI, o que há é apartação, com o lixo intermediando os incluídos e os excluídos.

Marcel Bursztyn (org.) *et al.* No meio da rua – nômades, excluídos, viradores, 2.ª ed., Rio de Janeiro: Garamond, 2003 (com adaptações).

No que se refere ao tema tratado no texto acima, julgue os itens seguintes.

- 72** No quadro histórico atual, os produtos são desvalorizados no momento da compra, estimulando-se a idéia do descartável como comportamento adequado e desejável do consumidor, e desse produto descartável vive o excluído.
- 73** Embora importante, a reciclagem é proposta relativamente superficial para garantir a sustentabilidade ambiental. De fato, precedem a reciclagem, entre os fatores relacionados à gestão de recursos sólidos, medidas relacionadas ao comportamento da população, como a redução do consumo de descartáveis, a menor geração de resíduos e o reúso.
- 74** Um dos exemplos do florescente negócio industrial citado no texto diz respeito à reciclagem de latas de alumínio, que, no Brasil, era menor que 5% da produção nacional de latas, em 1990, e alcançou quase 70% em 2004, segundo estimativas de empresários do setor.

No âmbito do DF, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) está previsto na LODF, no art. 279, inciso II, e no art. 26 do Ato das Disposições Transitórias. Com relação a esse assunto, julgue os itens subsequentes.

- 75** Segundo a LODF, o ZEE do DF deve ser promovido pelo poder público, com a participação dos órgãos representativos da comunidade, e aprovado por resolução da CLDF.
- 76** Considere que um particular tenha sua fazenda situada em região que veio a ser caracterizada pelo ZEE como de grande fragilidade natural. Nessa situação, caso tivesse iniciado planos para plantar soja na região antes da aprovação do zoneamento, esse cidadão teria direito a indenização por lucros cessantes.

Uma empresa pretende desenvolver, no DF, atividades que envolvem a exploração de areia e de outros minerais, bem como a transformação destes por meio de processos que liberam gases para a atmosfera.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens seguintes.

77 Nessa situação, a empresa deve atender aos dispositivos da LODF relacionados a essa atividade, visto que, em comum acordo com a União, o DF zela pelos recursos minerais de seu território, fiscalizando a exploração e estabelecendo os regimes de aproveitamento de jazidas, bem como estimulando estudos e pesquisas geológicas e pedológicas e o desenvolvimento de tecnologia mineral.

78 Para desenvolver atividades que constituam fontes estacionárias e não-estacionárias de emissão de gases ou que produzam partículas poluidoras, a empresa deve providenciar a instalação de equipamentos antipoluentes, obrigatórios por determinação da LODF.

Embora o clima mundial tenha sempre variado naturalmente, a grande maioria dos cientistas, agora, acredita que o aumento das concentrações dos chamados gases de efeito estufa na atmosfera terrestre, resultante do crescimento econômico e demográfico nos últimos dois séculos, desde a Revolução Industrial, está ultrapassando os limites dessa variabilidade natural e provocando mudanças irreversíveis no clima, com possíveis impactos negativos sobre a saúde humana, a segurança alimentar, as atividades econômicas, os recursos hídricos e a infra-estrutura física. A maior quantidade de evidências científicas e a crescente preocupação pública com as questões ambientais globais introduziram a mudança do clima na agenda política em meados da década de oitenta e, em 1992, foi adotada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Acerca desse tema, julgue os itens subseqüentes.

79 Existem duas formas básicas de combater o efeito estufa: a primeira consiste na redução das emissões dos gases de efeito estufa; a segunda consiste na retirada ou no seqüestro de carbono da atmosfera. São exemplos do primeiro tipo a redução do desmatamento e o aumento da participação da energia hidrelétrica na matriz energética. O plantio de cana-de-açúcar para a produção de álcool combustível ou o plantio de florestas para a produção de carvão vegetal são exemplos do outro tipo.

80 Considere a seguinte situação hipotética. Uma empresa que está situada no DF e que busca financiamento para desenvolver mecanismos para a utilização, em média e larga escalas, de energia proveniente de biogás, foi orientada por técnicos do Ministério da Ciência e Tecnologia a apresentar proposta a ser apreciada no contexto dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL). Nessa situação, a empresa poderá receber recursos financeiros de países desenvolvidos, recebendo estes, por sua vez, certificados de cumprimento de metas estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto para a redução de emissões de gases de efeito estufa por meio da realização de projetos em países em desenvolvimento, destinados a mitigar os efeitos danosos desses gases.

Julgue os itens seguintes.

81 Considere a seguinte situação hipotética.

Um grupo de empreendedores propôs a implantação de projeto agropecuário em região de cerrado, em área coberta de vegetação florestal natural. O processo de desmatamento, conforme previsto pelo grupo, será feito parcialmente com o auxílio de queimadas, e a lenha obtida nesse processo será utilizada como combustível.

Nessa situação, a mudança no uso do solo acarretará maior liberação de óxidos de nitrogênio para a atmosfera, devido à queima de biomassa e de combustíveis sólidos, o que poderá causar problemas de saúde para plantas e animais, além de contribuir para o aquecimento global e para a destruição da camada de ozônio.

82 Pneus usados representam sério problema ambiental e de saúde pública. Considerando-se a proibição proposta pela União Européia de descarte de pneus, mesmo picados, em aterros sanitários, o Brasil corre o risco de, a partir de 2006, transformar-se em depósito de pneus usados da Europa, porque o país dispõe de normas que obrigam o fabricante de pneus novos e o importador de pneus novos ou reformados a dar tratamento adequado aos pneus usados, mas não dispõe de norma que proíba a importação de pneus usados.

83 No início dos anos 80 do século XX, diante da constatação de que a grave poluição do ar nos grandes centros urbanos era causada predominantemente pelos automóveis, o CONAMA criou o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE). Esse programa estimulou a indústria não só a introduzir novas tecnologias, como os catalisadores e a injeção eletrônica, mas também a melhorar a qualidade do combustível, com a eliminação, por exemplo, do chumbo da gasolina. Em 2002, o CONAMA estabeleceu nova etapa para o PROCONVE, definindo limites máximos para o nível de ruído dos veículos em uso, além de um cronograma para que a indústria alcance esses limites, elemento ausente na etapa anterior.

84 Ao assinar a Convenção sobre Diversidade Biológica, o Brasil assumiu o compromisso de elaborar estratégias, políticas, planos e programas nacionais de biodiversidade e, em 2002, foi aprovado o primeiro Plano Nacional de Biodiversidade. Nesse sentido, caso a prefeitura de um município, com o intuito de elaborar projeto de proteção para a biodiversidade local, busque orientação nesse plano, encontrará elementos relacionados com a conservação da biodiversidade e com o fortalecimento jurídico e institucional da gestão da biodiversidade. Entretanto, o referido plano não trata de princípios e diretrizes relacionados com o acesso aos recursos genéticos e com a sensibilização e a educação pública, que são objeto de legislação específica.

Julgue os itens que se seguem.

85 Para estabelecer suas áreas de atuação, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação baseou-se no grau de aridez de uma região, o qual depende da quantidade de água pluvial disponível e da perda máxima possível de água pela evaporação e transpiração ou pela evapotranspiração potencial. Trata-se de um conceito restrito de desertificação, o qual é adotado no Brasil. Desse modo, considera-se que as áreas suscetíveis à desertificação no Brasil estão localizadas na região Nordeste, onde se encontram espaços climaticamente caracterizados como semi-áridos, no Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e no norte de Minas Gerais. Incluem-se também áreas do Rio Grande do Sul (Alegrete), Paraná, São Paulo, Rondônia e Tocantins (Jalapão), sujeitas a fortes processos erosivos e de deterioração ambiental.

86 Dada a importância de se fixarem diretrizes e procedimentos de controle e gestão ambiental para orientar e disciplinar o uso e a exploração sustentável de recursos naturais em projetos de assentamento de reforma agrária, o CONAMA estabeleceu regulamentação específica para o licenciamento ambiental desses projetos. Na fase preliminar de planejamento, depois de obtida a terra, é necessário obter a licença prévia, para a qual se exige a aprovação da localização e da concepção do projeto, do estudo da viabilidade ambiental bem como se estabelecem os requisitos básicos a serem atendidos nas fases seguintes do licenciamento. Em seguida, deve ser obtida a licença de instalação e operação, que autoriza a implantação do projeto de acordo com as especificações constantes do projeto básico, incluídas as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

87 O estudo de impacto ambiental da usina hidrelétrica de Barra Grande, no rio Pelotas, projetada com 180 metros de altura e um lago com 93 quilômetros quadrados, ignorou a existência de 2 mil hectares de floresta primária de araucárias. Com base nesse estudo, foram emitidas as licenças para a construção da barragem. A ilegalidade só foi trazida ao conhecimento público depois de construída a barragem. Fatos como esse poderiam ser evitados ou minimizados se a legislação prevísse a discussão pública dos estudos de impacto ambiental antes da emissão das licenças.

Acerca de aspectos ligados à exploração madeireira, julgue os itens abaixo.

88 A exploração de madeira na Amazônia, de forma legal, requer a aprovação, pelo IBAMA, de um plano de manejo florestal sustentável. Para isso, o proponente deve ser proprietário da terra onde a floresta está localizada. Como a maior parte da terra na Amazônia é pública, para possibilitar a exploração florestal sustentável o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei que regulamenta a concessão florestal, vale dizer, a concessão do direito de explorar produtos e serviços florestais em terra pública. Nesse sentido, se uma empresa tiver interesse em retirar madeira da Amazônia e possuir apenas documento de posse das terras que pretende explorar, ainda que não esteja claro se essas terras são públicas, o IBAMA poderá aprovar o plano de manejo, desde que se cumpram as normas ambientais, até que seja votado o projeto que regulamenta a concessão florestal.

89 O setor madeireiro vem aumentando, nos últimos anos, a quantidade de áreas plantadas com espécies de interesse econômico, destinadas a atender à crescente demanda das indústrias de base florestal. Considere-se que algumas parcelas, com a mesma dimensão, foram semeadas no mesmo dia, com quantidades diferentes de sementes de árvores da mesma espécie. Nessa situação, de acordo com a chamada lei da potência de $-3/2$, indivíduos de maior biomassa devem ser encontrados nas parcelas em que as populações sejam mais esparsas, e nenhuma mortalidade dependente da densidade ocorrerá até que as populações atinjam a linha de auto-afinamento.

A respeito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), julgue os seguintes itens.

90 A criação de unidades de conservação (UCs) é instrumento fundamental para a política nacional de conservação da biodiversidade. Entretanto, para a proteção efetiva dos biomas brasileiros, seria necessário criar novas UCs, especialmente em biomas sub-representados no SNUC, como o cerrado e a caatinga. Além disso, dadas as similaridades entre esses dois biomas, seria interessante criar corredores entre UCs contendo metapopulações, nas quais catástrofes locais e flutuações aleatórias no tamanho das populações têm impacto menor sobre a dinâmica populacional.

91 A lei do SNUC introduziu mudanças importantes relacionadas à participação da sociedade em geral e das comunidades locais no processo de criação e gestão das unidades de conservação, entre as quais inclui-se a exigência de consulta pública para a criação de novas UCs. Nesse sentido, considere que a divulgação do processo de criação de uma nova UC tenha estimulado ações predatórias contra o meio ambiente por parte de pessoas interessadas em descaracterizar ambientalmente a área sob estudo, com o fim de impedir a criação da UC. Nesse caso, o IBAMA e outros órgãos governamentais devem exercer o poder de polícia, pois a lei do SNUC não dispõe de mecanismos que permitam coibir e controlar ações predatórias até a decisão final sobre a criação da UC.

92 A lei do SNUC introduziu mecanismos que favorecem a integração entre UCs, como o conceito de mosaico de áreas protegidas. Podem compor os mosaicos, além das próprias UCs, outras áreas protegidas, como as terras indígenas. Merece menção também a reserva da biosfera, formalmente reconhecida pela lei e cuja gestão está fundada no conceito de gestão integrada da paisagem. A gestão desses mosaicos pode-se aplicar a teoria ecológica conhecida como biogeografia de ilhas, segundo a qual uma área rica em espécies pode servir de fonte para a colonização de outras áreas, aumentando-se, nessas últimas, a diversidade biológica. Nesse caso, a teoria prevê que áreas menores e mais distantes da fonte tenham diversidade de espécies menor do que áreas maiores e mais próximas da fonte.

Julgue os itens subseqüentes.

- 93** Nos últimos anos, a questão do plantio e comercialização da soja transgênica transformou-se em enorme disputa dentro e fora do governo. A nova Lei de Biossegurança encerrou a disputa ao autorizar a produção e a comercialização de sementes de cultivares de soja geneticamente modificada tolerantes a glifosato. Entretanto, é preciso aperfeiçoar a legislação, proibindo-se o plantio dessas sementes em zonas de amortecimento de Unidades de Conservação, em terras indígenas e em áreas declaradas como prioritárias para a conservação da biodiversidade.
- 94** Empresas multinacionais agroquímicas e produtoras de sementes vêm desenvolvendo e patenteando tecnologias que possibilitam tornar estereis as sementes de plantas geneticamente modificadas. Essa tecnologia, chamada Tecnologia Genética de Restrição de Uso (em inglês, GURT), expressão ampla que se refere à utilização de indutores químicos externos para controlar a expressão de alguns traços genéticos de uma planta, aumentará a dependência dos pequenos agricultores tradicionais de fontes externas de sementes e impedirá a prática milenar de troca, entre vizinhos, de sementes de seus próprios cultivos.
- 95** O Brasil possui cerca de 8.500 km de linha de litoral e um número razoável de ilhas, o que totaliza uma área de aproximadamente 3,5 milhões de quilômetros quadrados de Zona Econômica Exclusiva. Os locais com maior produtividade estão na região Sudeste/Sul, onde ocorrem correntes marinhas ricas em nutrientes associadas a zonas de ressurgência, e na região Norte, em razão da elevada quantidade de matéria orgânica oriunda da descarga do rio Amazonas, que influencia toda a zona oceânica daquela região. Em geral, modelos matemáticos relacionados às equações de Lotka e Volterra são usados para avaliar os estoques pesqueiros. Esses modelos baseiam-se na premissa de que o crescimento das populações é exponencial, o que permite que sejam feitas previsões razoavelmente precisas da influência de fatores ambientais, como, por exemplo, da concentração de certos nutrientes na água.
- 96** O objetivo do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária é coordenar as ações de defesa fito e zoossanitária nos três níveis de governo, visando à constituição de áreas livres de pragas e doenças, conforme previsto em acordos e tratados internacionais subscritos pelo Brasil. O estudo de tais áreas requer conhecimentos ecológicos abrangentes sobre comunidades biológicas e sobre o papel desempenhado por certas espécies nessas comunidades, que podem controlar espécies indesejadas. Nesse sentido, os conceitos de guilda e de grupo funcional ganham especial relevância, uma vez que espécies diferentes podem explorar recursos de maneira similar na mesma guilda, mas não podem ocupar o mesmo nicho ecológico. Assim, guildas podem ser tratadas como unidades funcionais para a análise de comunidades, o que torna desnecessário considerar cada espécie como unidade separada.
- 97** A Lei da Política Nacional de Meio Ambiente institui, como um dos seus instrumentos, o zoneamento ecológico-econômico (ZEE). Legislação específica estabeleceu critérios para esse zoneamento, definindo-o como instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas. Vários estados elaboraram ou estão elaborando os zoneamentos. A elaboração do ZEE do DF está em curso e envolve 16 municípios localizados no entorno dessa unidade da Federação.

Vinod Thomas, um dos diretores do BIRD, acaba de lançar livro no qual sustenta visão que a ortodoxia da política econômica brasileira ainda se recusa a compartilhar: a de que a manutenção do patrimônio natural nacional é o único jeito de acabar com a pobreza. “É impossível ter crescimento de qualidade, de longo prazo, sem proteção ambiental, sem medir a poupança total — não só a poupança financeira. Quer dizer, o país pode ter uma poupança de 15% a 17% do PIB, mas, se, ao mesmo tempo, destrói o patrimônio natural, restam apenas cerca de 10%. E, com 10%, o país não vai crescer. A experiência do Brasil é chave para esse debate”, afirma o autor.

BIRD apóia carbono de floresta, diz diretor. In: *Folha de S.Paulo*, p. A14, 29/12/2005 (com adaptações).

Acerca do tema abordado no texto acima, julgue os seguintes itens.

- 98** O texto sugere que a política econômica brasileira ainda não atribui ao patrimônio natural papel fundamental para a eliminação da pobreza no país. Além disso, sugere que, ao restringirem à poupança financeira, no debate econômico, a discussão sobre a poupança nacional, formuladores de políticas públicas não reconhecem que o crescimento sustentável, definido no texto como sendo de qualidade e por longo prazo, é contingente na proteção ao patrimônio nacional.
- 99** Com o apoio técnico e financeiro adequado, o extrativismo oferece importantes alternativas econômicas sustentáveis de geração de emprego e renda. Entretanto, são conhecidos casos em que a superexploração de recursos levou à degradação ambiental. O conceito ecológico de resiliência é relevante para a definição de limites toleráveis para a exploração de recursos biológicos naturais.

De acordo com o Código Florestal (Lei Federal n.º 4.771/65), o proprietário de um imóvel rural é obrigado a manter parte da propriedade com vegetação nativa. Essa área é denominada reserva legal. A norma legal, entretanto, é demasiado rígida, visto que não permite ajustar-se a extensão da reserva legal às características específicas de cada propriedade. Consciente do problema, o legislador introduziu, na legislação florestal, mecanismo que possibilita certos ajustes, denominado compensação de reserva legal.

Com base nesse texto, julgue o item abaixo.

- 100** Considere-se uma propriedade rural com grande potencial agrícola, localizada no DF. O proprietário, em princípio, está obrigado a manter 20% do imóvel com vegetação nativa, a título de reserva legal. Considere-se, ainda, que, na mesma microbacia hidrográfica, exista outra propriedade, com extensas áreas de vegetação nativa, em área de mananciais hídricos, e baixo potencial para a agricultura. Nessa situação, por meio da compensação de reserva legal, o primeiro proprietário pode converter a vegetação nativa de parte ou até mesmo de toda a área da reserva legal da sua propriedade para a agricultura, desde que negocie com o segundo proprietário a conservação de uma área de vegetação nativa equivalente, em extensão e qualidade ambiental, que passe a funcionar, legalmente, como a reserva legal da primeira propriedade.

A Região Administrativa (RA) de Planaltina tem grande importância para a economia e, portanto, para a gestão dos recursos hídricos do DF. De acordo com dados da EMATER sobre a safra 1998/99, a área cultivada com todos os tipos de cultivo nessa RA, com e sem irrigação, correspondia a 48,6% da área total cultivada no DF. A área de cultivo irrigado em Planaltina representava cerca de 18,8% da área total irrigada no DF. O setor agrícola empregava 27,4% do total de trabalhadores do DF envolvidos nessa atividade. Naquela safra, Planaltina foi responsável por 45,3% da produção total do DF nas principais culturas permanentes, como as frutíferas e a do café, e também se destacou nas principais culturas temporárias. Com efeito, essa RA foi o maior centro produtor de feijão (62,1% da produção total); milho (54,1%); soja (58,8%) e de outras culturas, como arroz, trigo, amendoim, sorgo e cana-de-açúcar, com 42,1% de toda a produção do DF.

Na pecuária, Planaltina destacou-se como a RA mais produtiva do DF. Foi a primeira colocada na produção de leite (35,0%) e na produção de ovos (47,2%); produziu a maior parte (38,3%) da carne bovina, da carne de caprinos (31,03%) e da carne de aves (42,34%), e foi a segunda colocada na produção de carne de suínos (28,3%).

Secretaria de Planejamento. Banco de Dados do Distrito Federal. Brasília, DF, 1999 (com adaptações).

A partir desse texto, julgue os itens que se seguem.

- 101** Considerando-se que existissem comitês de bacia hidrográfica nas bacias do DF, estando regulamentada e implementada a Lei Distrital n.º 2.725/2001, diversas atividades desenvolvidas na RA de Planaltina, que podem estar distribuídas por mais de uma bacia hidrográfica, dependeriam de outorga para o uso da água. Dada a distribuição espacial das atividades agropecuárias nessa RA, é muito provável que, para a prática da pecuária de bovinos, suínos e aves, seria preciso obter outorga tanto para a captação de água quanto para a diluição de efluentes nas bacias dos rios Preto e São Bartolomeu; para a irrigação, seria necessária a outorga para a retirada de água das bacias dos rios São Bartolomeu e Maranhão, mas não, para a diluição dos efluentes.
- 102** A decisão administrativa de outorgar o direito de uso da água em uma bacia hidrográfica distrital deve estar vinculada às diretrizes e às prioridades definidas pelo Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal.
- 103** Ao definir critérios para a outorga, a legislação estabelece clara diferença entre os termos água e recursos hídricos. Aquele refere-se ao elemento natural, submetido ao ciclo hidrológico, que pode ser encontrado acumulado na superfície ou em reservatórios subterrâneos; este refere-se ao bem econômico, insumo para o processo produtivo, passível de utilização para gerar riquezas, como se verifica na RA de Planaltina.
- 104** Considere-se que um grupo de estudantes de Planaltina não filiados a entidade reconhecida pela legislação como de representação estudantil, de classe ou organização não-governamental, ciente de que a participação em decisões que afetam a condução da sociedade é um dos fatores preponderantes para o exercício da cidadania, interessou-se em participar da gestão dos recursos hídricos. Nesse caso, tanto a Lei Federal n.º 9.433/1997 quanto a Lei Distrital n.º 2.725/2001 garantem a participação desse grupo de cidadãos independentes nos comitês de bacia hidrográfica, respectivamente, das bacias federais e distritais da RA de Planaltina.

A produção primária de plantas, algas e algumas bactérias forma a base das cadeias alimentares ecológicas. Animais, fungos e a maioria dos microrganismos obtêm sua energia e a maior parte de seus nutrientes das plantas ou animais ou dos restos mortais deles. Estudos empíricos mostram que, a cada etapa da cadeia alimentar, 80% a 95% da energia são perdidos e, em média, apenas cerca de 10% da energia total assimilada em cada nível trófico ficam disponíveis para o nível superior.

R. E. Ricklefs. *A economia da natureza*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2003, p. 124 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos ao tema do texto acima.

- 105** De acordo com a segunda lei da termodinâmica, a energia perdida em cada nível trófico corresponde à soma daquela utilizada na própria manutenção dos organismos que compõem este nível e do calor produzido a cada transformação energética.
- 106** Se, em média, apenas 10% da energia assimilada em cada nível trófico ficam disponíveis para o nível imediatamente superior, pode-se esperar que as cadeias tróficas em ecossistemas naturais sejam compostas, em média, por 10 níveis tróficos.
- 107** Para os seres humanos, que já direcionam grande parte da produção primária total da Terra para o seu próprio uso, os suprimentos alimentares podem ser aumentados significativamente, se forem obtidos em patamares mais baixos da cadeia alimentar, isto é, se os humanos se alimentarem mais de produtos vegetais e menos de produtos animais.

Os recursos naturais, tais como os advindos da pesca, da exploração de madeiras e da caça e outros produtos florestais, são de grande importância para a economia e subsistência da população rural amazônica. Esses recursos são vendidos para as grandes concentrações urbanas por uma grande rede de intermediários, que, em verdade, formam o poder político local e regional. Por outro lado, o binômio pobreza e devastação parece exercer seus efeitos de forma bastante clara na região. Esse binômio, aparentemente uma referência para a atual discussão ecológica internacional, nos mostra que o subdesenvolvimento leva a uma pressão naturalmente maior sobre os recursos naturais, uma vez que os modelos desenvolvimentistas adotados geralmente estão assentados sobre o uso à exaustão desses recursos.

Plano de manejo mamirauá – introdução e objetivos. Internet: <www.mamiraua.org.br>. Acesso em 28/12/2005 (com adaptações).

Quanto às idéias do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 108** Em regiões como a Amazônia, o melhor modo de reduzir a pobreza e criar condições para o desenvolvimento sustentável é permitir e ampliar o acesso das populações tradicionais aos recursos naturais, pois elas sabem como utilizá-los e, por estarem integradas à natureza, vão evitar a exaustão dos recursos.
- 109** Interferências no processo de uso de recursos naturais de importância econômica afetam diretamente a economia e a subsistência da população extrativista, mas, praticamente, não têm consequência sobre as elites regionais.
- 110** Manejar recursos naturais em áreas de floresta tropical, como é o caso da Amazônia brasileira, é, atualmente, um desafio que depende essencialmente da vontade política dos governantes, pois a biologia das espécies envolvidas e o contexto social e ambiental em que serão aplicadas as ações de manejo são razoavelmente conhecidos.

A imensa biodiversidade do planeta não é igualmente distribuída em sua superfície. De fato, há grande concentração das formas de vida na região tropical, e mais especificamente em certas porções da região tropical. Admite-se que cerca de 60% de toda a diversidade biológica se encontrem em apenas 1,44% da superfície da Terra. Nessa pequena área, concentram-se 44% das espécies de plantas vasculares e 35% dos vertebrados não peixes, sendo muitas dessas espécies endêmicas. Denominados *hot spots*, esses não são apenas os *pontos críticos* em diversidade biológica do planeta, mas também os recordistas em devastação, devendo ser, portanto, considerados prioritários para a conservação.

Em relação ao tema do texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 111** Apesar de sua grande biodiversidade, a floresta amazônica não se enquadra no conceito de *hot spot* para a conservação, pois ainda tem a maior parte da sua cobertura original mantida.
- 112** Espécies associadas à transmissão de doenças como a malária, transmitida por mosquitos, ou a esquistossomose, transmitida por caramujos em águas paradas, são consideradas endêmicas.
- 113** Para obter-se maior efeito em ações de conservação quando os recursos disponíveis são limitados, recomenda-se concentrar esforços em áreas de alta diversidade, alto endemismo e grande devastação.

Julgue o item a seguir, referente a biossegurança.

- 114** A legislação brasileira sobre biossegurança (Lei Federal n.º 11.105/2005) autoriza a pesquisa com células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento, desde que os embriões sejam inviáveis ou estejam congelados há, pelo menos, três anos na data de publicação da lei e mediante concordância dos genitores.

Julgue os itens a seguir, acerca dos princípios da agricultura sustentável.

- 115** Considera-se que o declínio das antigas civilizações da Mesopotâmia e do Mediterrâneo, bem como das civilizações pré-colombianas, no sudoeste dos atuais Estados Unidos e na América Central, tenha sido fortemente influenciado pela degradação dos recursos naturais e do ambiente pelas práticas agrícolas, florestais e pastoris inadequadas adotadas por esses povos.
- 116** Em vez de simplesmente se deixar a terra descansar, é melhor desenvolver o plantio direto na entressafra, o qual tem efeito estabilizador sobre o agroecossistema, pois mantêm-se o solo e os nutrientes no lugar, conserva-se a umidade com os restos culturais, permite-se maior taxa de infiltração e aumenta a capacidade de retenção da água do solo.

Julgue os itens subseqüentes.

- 117** Certos microrganismos, alguns deles geneticamente modificados, podem ser utilizados para metabolizar pesticidas e outros compostos tóxicos e transformá-los em subprodutos inofensivos. Essa abordagem, em que são utilizados agentes biológicos para limpar e restaurar o ambiente, é chamada biorremediação.
- 118** Durante o tratamento secundário de esgotos, são utilizados processos diversos para a remoção de nutrientes, como o fósforo e o nitrogênio. Essa medida é importante para se evitar a eutrofização das águas, situação em que a maior atividade biológica leva à redução do oxigênio dissolvido e à conseqüente ameaça à sobrevivência de peixes e de outros organismos aeróbios.
- 119** A metodologia adotada para a destinação de resíduos sólidos urbanos no Brasil passou por diferentes etapas no último século. Até o final do século XIX, a motivação era predominantemente dispor o lixo longe dos centros urbanos, em lixões ou em corpos de água. Já o início do século XX marca a preocupação com o saneamento, isto é, com a proteção da saúde pública. Depois dos anos 30, aterros de lixo passaram a ser utilizados para ocupar áreas degradadas e de baixo valor imobiliário. Recentemente, depois dos anos 80, técnicas de confinamento do lixo passaram a ser aplicadas com maior freqüência, reduzindo-se consideravelmente os custos ambientais dessa atividade.
- 120** Se durante o auge da seca, um agricultor resolver queimar parte de sua propriedade, cuja fisionomia predominante seja o cerradão, em um dia de alta temperatura, baixa umidade relativa do ar e ventos moderados, é provável que o fogo se propague com facilidade, devido à disponibilidade de combustível, e provoque muitos estragos, incluindo-se aumento significativo da temperatura do solo em profundidades de até 10 cm e destruição de copas das árvores.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
 - Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
 - **ATENÇÃO!** Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
-

Considerando que, de modo geral, as taxas de desmatamento observadas em importantes biomas brasileiros como o Cerrado e a Amazônia continuam altas, embora o número de multas aplicadas por desmatamento ilegal tenha aumentado nos últimos anos, redija um texto dissertativo sobre o uso de instrumentos econômicos do tipo comando e controle para a implementação de políticas públicas ambientais voltadas para a contenção do desmatamento. Aborde, necessariamente, em sua argumentação, pelo menos, dois tipos de instrumentos de cada classe, bem como vantagens e limitações dessas duas abordagens para estimular os atores econômicos a adotarem práticas sustentáveis.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	